



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - EXERCÍCIO 2016

PARTE A - AÇÕES DE AUDITORIA PREVISTAS PARA 2016									
A.1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS									
I	II	III	IV	V	VI	VII			
Ação A 1.1	AVALIAÇÃO SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
AUDITAR AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NA FOLHA DE PAGAMENTOS DE PESSOAL, AUDITAR PROCESSOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO DE PESSOAL, CESSÃO, REQUISIÇÃO E CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO	<p>Considerando que a admissão de pessoal, cessão, requisição e concessão de aposentadoria e pensão são atos administrativos que têm uma repercussão direta e complexa sobre os recursos financeiros da União e que, segundo a IN SFC 01/2001, cabe à Auditoria Interna de cada Instituição testar a consistência desses atos, por meio da realização do acompanhamento bem como de sua avaliação.</p> <p>Avaliar a consistência da folha de pagamentos atendendo IN/CGU nº 07/2006. A análise tempestiva da consistência das alterações na folha de pagamento deve ser uma tarefa do órgão de auditoria interna, uma vez que constitui atividade obrigatória segundo a LN. 01/2007.</p> <p>Avaliação Sumária: análise dos procedimentos de admissão e desligamento de pessoal, cessão, requisição e concessão de aposentadoria e pensão e avaliar as ações gerenciais e procedimentos relacionados ao processo de elaboração da folha de pagamento do pessoal ativo, inativo, pensionistas e temporários, bem como, as documentações que suportam os pagamentos, auxílios e benefícios.</p> <p>Risco: B Relevância: 8</p>	Interna e CGU	<p>Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o objetivo "Aprimorar os processos de trabalho e de gestão com vistas à excelência operacional" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Processos Internos.</p> <p>Esta ação será desenvolvida com vistas a:</p> <p>> Acompanhar e avaliar os processos de admissão e desligamento de pessoal, concessão de aposentadoria e pensão, cessão/requisição de pessoal, verificando a consistência dos mesmos</p> <p>> Verificar a correção dos lançamentos na folha de pagamentos dos servidores, e se estão de acordo com a legislação vigente;</p> <p>> Verificar pagamento de benefícios como: auxílio alimentação, auxílio transporte, férias, etc;</p> <p>> Verificar os procedimentos referentes às substituições; > Verificar a inclusão/alteração da folha de pagamento de pessoal.</p> <p>Objetivo da Auditoria: verificar legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência, economicidade no gasto com pessoal ativo, inativo, pensionistas e temporários. Resultados Esperados: eliminar os pagamentos irregulares, assim como inibir ações que possam provocar gastos desnecessários que onerem indevidamente o erário público.</p> <p>Conhecimentos específicos: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE; Leis nºs 8.112/90, 8.745/93, 9.527/97 e outras normas direcionadas ao serviço público federal.</p>	<p>Acompanhar e avaliar os procedimentos de admissão e desligamento de pessoal, concessão de aposentadoria e pensão, cessão/requisição de pessoal por meio de questionário.</p> <p>Comparar lançamentos nos sistemas SIAPE, SIAFI com os Processos formalizados para checar se estão lançados corretamente e em acordo com a legislação vigente.</p> <p>Pretende-se analisar as inclusões/alterações da folha de pagamento de pessoal, dos registros efetuados no SIAPE pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - CGESP, tomando-se por base uma amostra de aproximadamente 10% dos servidores lotados no Cade.</p>	01/07 a -09/08/2016	Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - CGESP	432	Constituição Federal de 1988, Emendas Constitucionais, Lei 8.112/1990 e demais legislações pertinentes ao tema.	
Subtotal								528	



A.2 GESTÃO FINANCEIRA

A.2 GESTÃO FINANCEIRA								
I	II	III	IV	V	VI	VII		
Ação A.2.1	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
AVAlIAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - PRODOC	Com a entrada em vigor da Lei 12.529/2011, com a extinção da SDE, o CADE e a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON/MM) solicitaram ao PNUD e à ABC/MRE a alteração do arranjo de gestão do PRODOC BRA/11/008, de modo a assumir a execução compartilhada desse projeto. Assim, a partir de janeiro de 2013, CADE e SENACON passaram a figurar como agências executoras do PRODOC BRA/11/008 ,cujo objetivo é proporcionar instrumentos de estudo e planejamento, com foco na transferência de conhecimento. No CADE, o projeto permite a contratação de análises, estudos e consultorias especializadas que possam contribuir para o atingimento do Resultado 1: "Ambiente de defesa da concorrência consolidado no país". Análise Sumária: exame dos processos de contratação com recursos do PRODOC Risco: A Relevância: 10	CGU	Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o objetivo "Aprimorar os processos de trabalho e de gestão com vistas à excelência operacional" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Processos Internos. Esta ação será desenvolvida com vistas a: > Verificar se os objetos contratuais estão alinhados à matriz lógica do PRODOC. > Verificar controle de registros de contratos no sistema próprio. > Verificar o cumprimento das cláusulas contratuais, o acompanhamento e o gerenciamento da execução dos serviços contratados e entrega dos produtos. Objetivo da Auditoria: verificar a legalidade, a legitimidade, eficácia, eficiência na aplicação dos recursos. Resultados Esperados: garantir a eficácia e a eficiência na gestão dos recursos públicos, e assegurar a correta formalização dos processos.	Analisar os processos de contratação com recursos do PRODOC. Os trabalhos da auditoria serão realizados por amostragem, pretende-se analisar e acompanhar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do montante total dos de contratação com recursos do PRODOC no CADE. Os percentuais serão sobre o quantitativo dos processos atuados em 2014.	01- 29/04/2016	AUDIT	320	Lei 10.529/2011, PRODOC BRA/11/008.
Ação A.2.2	AVAlIAÇÃO SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ACOMPANHAR A ATUALIZAÇÃO DO ROL DE RESPONSÁVEIS	A atualização do Rol de Responsáveis foi objeto de recomendação pelos órgãos de controle: TCU e CGU. Avaliação sumária: acompanhar os procedimentos de atualização do Rol de Responsáveis no SIAFI considerando as recomendações feitas pelos órgão de Controle: TCU e CGU. Risco: M Relevância: 9	Interna	Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o objetivo "Aprimorar os processos de trabalho e de gestão com vistas à excelência operacional" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Processos Internos. Esta ação será desenvolvida com vistas a: > Verificar a regularização das desconformidades na apresentação do Rol de Responsáveis. Objetivo da Auditoria: Verificar a ocorrência de retrições e desconformidades no lançamento do Rol de Responsáveis e se foram tomadas providências no sentido de sanear as inconsistências que, por ventura, tenham ocorrido.	Questionar junto à Divisão de Contabilidade sobre a regularização das desconformidades; Acompanhar as atualizações pelo sistema SIAFI.	04-15/05/2016	AUDIT	96	SIAFI

Ação A 2.3	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELO CADE	Arrecadação das multas aplicadas pelo CADE constitui uma atividade de natureza finalística e o acompanhamento da sistemática de arrecadação se mostrou relevante tendo em vista as fragilidades detectadas pela CGU no âmbito da Auditoria Anual de contas 2013 e pelos Acórdãos 482/2012-TCU-Plenário, e 1.665/2014-TCU-Plenário. Risco: A Relevância: 10	TCU/CGU	Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o objetivo "Aprimorar os processos de trabalho e de gestão com vistas à excelência operacional" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Processos Internos. Esta ação será desenvolvida com vistas a verificar a sistemática utilizada para a cobrança e acompanhamento das multas aplicadas. Objetivos da auditoria: Monitoramento da apuração das receitas com arrecadação de "multas exigíveis e definitivamente constituídas" e "multas aplicadas", para os fins da determinação contida no subitem 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário, nos termos do subitem 9.7.3 do Acórdão 1.665/2014-TCU-Plenário	Verificar a gestão das atividades relacionadas cobrança e acompanhamento das multas aplicadas relacionadas a: 1) prazos de encaminhamento da documentação suporte do Setor de Cumprimento de Decisões - SCD à Superintendência-Geral da autarquia para fins de expedição de ofício com vistas à comprovação do eventual pagamento, fixando prazo para o cumprimento da medida; 2) inscrição do crédito em dívida ativa, bem como à comunicação da mora aos sistemas de cadastro de inadimplentes mantidos pela administração federal; 3) o seu registro no sistema corporativo; 4) confirmação de execução fiscal ajudada para multas não suspensas por ordem judicial; 5) o exame dos programas de negociação de termos de compromisso de cessação -TCC e de acordos judiciais - aspectos legais envolvidos, descrição da natureza negocial e como é homologado; 6) inclusão no Sistema Integrado de Controle de Ações da União - SICAU/AGU.	03-25/10/2016	AUDIT	128	Lei nº 12.529/2011
Ação A 2.4	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ACOMPANHAR A CONFORMIDADE CONTÁBIL E DE GESTÃO	Considerando que a execução orçamentária e financeira têm uma repercussão direta e complexa sobre os recursos financeiros da União e que, segundo a IN SFC 01/2001, cabe à Auditoria Interna de cada Instituição verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução, bem como o desempenho da gestão da entidade quanto à economicidade, à eficácia, eficiência da gestão orçamentária e financeira dentre outras, torna-se obrigatória a realização do acompanhamento bem como a sua avaliação. Avaliação Sumária: analisar os relatórios de conformidade contábil e de registro de gestão gerados a partir do acompanhamento da execução orçamentária e financeira da unidade. Risco: M Relevância: 9	CGU	Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o objetivo "Aprimorar os processos de trabalho e de gestão com vistas à excelência operacional" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Processos Internos. Esta ação será desenvolvida com vistas a: > Acompanhar e avaliar os relatórios de conformidade contábil e de registro de gestão da unidade. Objetivo da Auditoria: Verificar a ocorrência e a natureza das restrições nos lançamentos registrados no SIAFI e as providências tomadas no sentido de sanear as inconsistências que, por ventura, tenham ocorrido. Resultados Esperados: correto lançamento dos registros orçamentários e financeiros no SIAFI.	Analisar as informações prestadas pela conformidade contábil e de registro de gestão por meio de questionários e relatórios.	03-21/11/2016	AUDIT	96	SIAFI
Subtotal							640	



A.3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA								
I	II	III	IV	V	VI	VII		
Ação A.3.1	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS METAS DO CADE CONSTANTES DO ORÇAMENTO / 2016	Para que o CADE cumpra sua missão e seus objetivos, são necessários que sejam executados os programas, metas e ações previstas no orçamento anual de forma planejada e adequada que resulte em conformidade da execução. Avaliação Sumária: em cumprimento a IN SFC nº 01/2001, a Auditoria deverá acompanhar a execução dos programas de governo no âmbito da instituição. Risco: M Relevância: 10	Interna/ CGU	Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o objetivo "Aprimorar os processos de trabalho e de gestão com vistas à excelência operacional" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Processos Internos. Esta ação será desenvolvida com vistas a: > Avaliar a execução dos programas, ações e metas do CADE, visando à aplicação dos recursos previstos para a Autarquia na LDO, e prestação de contas realizadas. Objetivos da Auditoria: verificar o desempenho do Cade no exercício de 2016.	Levantamento de dados e informações sobre a execução física e financeira de cada programa, ação e meta do CADE por meio dos Sistemas SIAFI e por solicitação à Divisão de Orçamento e Finanças-DIOF.	01-16/12/2016	AUDIT	96	Constituição Federal de 1988, LOA, LDO, PPA e demais legislações pertinentes ao tema.
A.4 GESTÃO PATRIMONIAL								
I	II	III	IV	V	VI	VII		
Ação A.4.1	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
AUDITAR O CONTROLE DO MATERIAL DE CONSUMO	O almoxarifado é o órgão responsável pela guarda e controle do material de consumo adquirido pelo CADE. Considerando as recomendações da CGU, e os apontamentos feitos nas auditorias de exercícios anteriores, em especial relativos à realização de inventário, faz-se necessário acompanhar e avaliar os métodos adotados como Sistema de Controle pelo Setor de Almoxarifado. Avaliação Sumária: avaliar as práticas administrativas no que concerne a movimentação e estocagem de materiais de consumo. Risco: M Relevância: 10	Interna	Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o quesito "Assegurar adequado suporte logístico às necessidades do Cade" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Pessoas e Infraestrutura. Esta ação será desenvolvida com vistas a: > Evitar possíveis danos relacionados à forma de armazenagem/estocagem, testando e avaliando os atuais; > Verificar se a quantidade de material adquirida é coerente com a realidade de consumo do órgão; > Acompanhar e avaliar o fechamento de balanço mensal, confrontando os números de requisições feitas com os quantitativos de aquisições e estoque. > Verificar a existência e a aplicação da normativa interna sobre controle, movimentação e estoque de materiais, a existência e o cumprimento das rotinas e procedimentos e a utilização de sistema de controle, visando garantir o funcionamento adequado do almoxarifado. Objetivo da Auditoria: verificar se as rotinas no recebimento, aceite, escrituração e distribuição de materiais obedecem à legislação vigente, e observar o armazenamento dos produtos e logística da entrega para atendimento às necessidades do Cade. Resultados Esperados: garantia a eficiência e a eficácia na gestão dos recursos públicos.	Avaliar os procedimentos de registros, baixas, fechamentos mensais (RMA), documentos fiscais, estoques. Essa ação de auditoria será realizada por meio de visita às dependências do almoxarifado, com verificação da situação geral, análise e avaliação por amostragem de 10% dos itens (considerando uma amostra heterogênea e significativa dos diversos tipos).	02-17/05/2016/01/2016	ALMOXARIFADO	192	Lei 4320/64 e IN SEDAP/PR nº 205/88 e demais normas pertinentes ao tema.
					18/05 a 08/06/2016	AUDIT	240	

Ação A 4.2	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
AUDITAR O CONTROLE DOS BENS MÓVEIS	<p>Considerando a necessidade de proteção sistemática do patrimônio do Cade, bem como, as recomendações feitas nas auditorias em exercícios anteriores, faz-se necessário a Auditoria para examinar a confiabilidade dos registros, dos controles em relação à localização, movimentação e estado de conservação dos bens.</p> <p>Avaliar os métodos adotados como Sistema de Controle pelo Setor de Patrimônio, evitando possíveis danos ao erário; avaliar possibilidade de divergências de registros contábeis e relatórios (RMB); Conferência física de alguns bens patrimonizados.</p> <p>Avaliação Sumária: verificar a confiabilidade e a fidedignidade dos registros patrimoniais e as práticas administrativas adotadas.</p> <p>Risco: M Relevância: 10</p>	Interna	<p>Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o quesito "Assegurar adequado suporte logístico às necessidades do Cade" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Pessoas e Infraestrutura .</p> <p>Esta ação será desenvolvida com vistas a:</p> <p>>Analisar os procedimentos utilizados para transferências internas de bens móveis patrimonizados; > Avaliar a documentação de registro de aquisição de bens, tipo: Notas Fiscais, Notas de Empenho, dentre outros;</p> <p>> Analisar os procedimentos adotados para as possíveis baixas e/ou incorporações patrimoniais. > Comprovar a realização do inventário físico e do tombamento dos bens, permitindo a consolidação das informações sobre todo o patrimônio do Cade.</p> <p>Objetivo da Auditoria: verificar a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade do sistema patrimonial, bem como inibir controle e ações inadequadas que acarretem má utilização ou má conservação dos bens, assim como desvios e furtos.</p> <p>Resultados Esperados: garantir a manutenção da regularidade do sistema patrimonial.</p>	<p>Os exames serão realizados por conferência dos relatórios (RMB) com os registros no Sistema SIAFI; Verificar se os Termos de Responsabilidades estão atualizados e devidamente formalizados; análise documental (NF, NE); Verificar a existência de bens inservíveis. Essa ação de auditoria será realizada por meio de análise de documentos e vistoria dos bens por amostragem (considerando uma amostra heterogênea e significativa de 10% do total de bens).</p>	19-29/05 a 01-09/06/2016	PATRIMÔNIO	240	Plano de Contas do Governo Federal, IN SEDAP nº 205/88, dentre outras normas.
					10-30/06/2016	AUDIT	240	
Ação A 4.3	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
AVALIAR A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	<p>Faz-se necessário o alinhamento das atividades da Auditoria Interna aos temas usualmente tratados nos processos anuais de contas, considerando a necessidade de gerir de forma adequada o patrimônio imobiliário sob responsabilidade do Cade.</p> <p>Avaliação Sumária: verificar a confiabilidade e a fidedignidade dos registros patrimoniais e as práticas administrativas adotadas na gestão deste bem.</p> <p>Risco: M Relevância: 10</p>	TCU / CGU	<p>Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o quesito "Assegurar adequado suporte logístico às necessidades do Cade" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Pessoas e Infraestrutura .</p> <p>Esta ação será desenvolvida com vistas a:</p> <p>>Analisar a suficiência da estrutura de pessoas do CADE para gerir o bem imóvel sob sua responsabilidade; > Averiguar sobre a existência de uma estrutura tecnológica para gerir o imóvel;</p> <p>> Analisar a correção e completude dos registros do imóvel no Sistema de Gerenciamento dos imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet;</p> <p>Objetivo da Auditoria: verificar a eficiência da gestão do imóvel sob responsabilidade do CADE.</p> <p>Resultados Esperados: preservação e controle do patrimônio imobiliário.</p>	<p>Levantamento de dados e informações sobre registro do imóvel no sistema SPIUnet, análise dos processos originais de contratação e de pagamento de locação do imóvel e de manutenção e análise da estrutura de pessoal para gerir o imóvel.</p>	02-25/02/2016	AUDIT	368	SPIUnet e normas pertinentes.
Subtotal							1.376	



A.5 GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS									
I	II	III	IV	V	VI	VII			
Ação A.5.1	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
AUDITAR OS CONTRATOS PRESTADOS AO CADE POR TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	Os serviços que decorrem de contratos de atividades contínuas têm grande representatividade no orçamento de custeio utilizado pelo CADE, sendo considerada de grande materialidade a evolução das despesas neles contidas. Logo, faz-se necessário realizar acompanhamento e avaliação da execução desses contratos, no intuito de verificar o cumprimento das cláusulas contratuais e o respeito aos princípios básicos da gestão pública. Avaliação Sumária: acompanhamento do cumprimento dos contratos celebrados pelo Cade com terceiros pessoa jurídica. Risco: A Relevância: 10	Interna	Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o objetivo "Aprimorar os processos de trabalho e de gestão com vistas à excelência operacional" e, também, com o quesito "Assegurar adequado suporte logístico às necessidades do Cade", constantes no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de processos Internos. Esta ação será desenvolvida com vistas a: > Verificar se os objetos contratuais estão sendo executados em conformidade com o Contrato. > Avaliar os procedimentos de controle pelos fiscais dos contratos, indicados por Portarias. > Verificar controle de registros de contratos. > Verificar o cumprimento das cláusulas contratuais, o acompanhamento e o gerenciamento da execução dos serviços contratados. Objetivo da Auditoria: verificar a legalidade, a legitimidade, eficácia, eficiência na gestão e fiscalização dos contratos. Resultados Esperados: garantir a eficácia e a eficiência na gestão dos recursos públicos, e assegurar a correta formalização dos processos.	Analisar os processos de execução dos Contratos, por meio dos registros de acompanhamento emitidos pelo Fiscal, da documentação comprobatória, verificando os valores pagos, as retenções efetuadas e prestação dos serviços conforme o objeto. Registros no SIAFI e SIASG. Os trabalhos da auditoria serão realizados por amostragem, pretende-se analisar e acompanhar, no mínimo, 10% (dez por cento) do montante total dos processos onde haja celebração de contratos. Os percentuais serão sobre o quantitativo dos processos autuados em 2014.	01/04 a 17/05/2016	AUDIT	448	Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 10.520/2002, Decreto nº. 3.555/2000 e Decreto nº. 5.450/2005, dentre outras normas pertinentes, publicações e acordos do TCU.	
Ação A.5.2	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
AUDITAR OS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	Acompanhamento e exame dos processos de Licitações, Dispensas e Inexigibilidade de Licitação, uma vez que são objeto de fiscalização permanente por parte dos órgãos de controle interno e externo. As aquisições em geral impactam na administração pública, na medida em que seus objetos impulsionam as políticas públicas. Portanto, devem ser foco permanente de verificação de regularidade, devendo a gestão se cercar de garantias para que a realização e conclusão dos processos de aquisição de bens e serviços atenda aos interesses do CADE e estejam dentro dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficácia e sustentabilidade ambiental. Avaliação Sumária: análise dos processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade. Risco: M Relevância: 10	Interna	Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o objetivo "Aprimorar os processo de trabalho e de gestão com vistas à excelência operacional" e, também, com o quesito "Assegurar adequado suporte logístico às necessidades do Cade" constantes no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Processos Internos. Esta ação será desenvolvida com vistas a: >Verificar a regularidade dos processos de aquisições, incluindo as licitações, dispensas e inexigibilidades > Nas Dispensas, verificar se houve fracionamento de despesas; > Observar cumprimento do Princípio da Economicidade, quando das propostas mais vantajosas à Administração; >Verificar a inclusão de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços e materiais de tecnologia da informação. Objetivo da Auditoria: verificar a legalidade, a legitimidade, a eficácia, a eficiência e a economicidade na Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços, bem como a aderência do Cade aos critérios de sustentabilidade ambiental. Resultados Esperados: maior eficiência nas contratações, aquisições de bens e serviços públicos.	Análise dos processos de Licitações, Dispensas e Inexigibilidades de Licitação, no intuito de constatar o atingimento das finalidades propostas. Consulta ao SIASG/SIAFI quanto à documentação de registros contábeis e de regularidade fiscal, fundamentação legal, publicações, entrega e pagamento do objeto contratado. Os trabalhos da auditoria serão realizados por amostragem, pretende-se analisar e acompanhar, no mínimo, 10% (dez por cento) do montante total dos processos. Os percentuais serão sobre o quantitativo dos processos autuados em 2014.	01/08 a 02/09/2016	AUDIT	400	Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 10.520/2002, Decreto nº. 3.555/2000 e Decreto nº. 5.450/2005, dentre outras normas pertinentes, publicações e acordos do TCU.	
Ação A.5.3	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
CGTI - ACOMPANHAR EXECUÇÃO PDTI E AVALIAR OS CONTROLES INTERNOS	Considerando que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI é instrumento de gestão das ações de tecnologia da Informação - TI do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, faz-se necessário o acompanhamento de sua execução pela Auditoria Interna. Para que o Cade cumpra sua missão e seus objetivos, é necessário que sejam avaliadas as estruturas dos controles internos da CGTI de forma a contribuir para a melhoria da gestão. Risco: M Relevância: 10	CGU	Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o objetivo "Aprimorar os processos de trabalho e de gestão com vistas à excelência operacional" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Processos Internos Esta ação será desenvolvida com vistas a: > Acompanhar a execução do PDTI; > Verificar os controles internos existentes, no âmbito da CGTI, das questões referentes ao gerenciamento da coordenação; > Identificar pontos de melhoria e boas práticas no intuito de aprimorar a gestão e os processos de trabalho.	Realizar o levantamento dos normativos, questionar a CGTI sobre estruturas de controle, o perfil dos recursos humanos envolvidos, e procedimentos internos; procedimento para a salvaguarda da informação, a capacidade e produção de sistemas e os procedimentos para a contratação e gestão de bens e serviços de TI. Identificar as falhas no processo de trabalho e pontos passíveis de melhorias.	01-16/03/2016	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI	96	Decreto Nº 7.738/2012	
							Subtotal	848	
							TOTAL PARTE A	3.392	



PARTE B - ATIVIDADES DE CARÁTER CONTÍNUO								
I	II	III	IV	V	VI	VII		
Ação B 1.1	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ACOMPANHAR PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	Acompanhar o processo de elaboração de Prestação de Contas Anual da Entidade e emitir parecer, em atendimento às determinações dos órgãos de controle, possibilitando que o gestor tenha uma análise adequada dos atos de gestão a serem enviados para verificação dos órgãos de controle interno e externo. Risco: M Relevância: 10.	Interna	Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o objetivo "Aprimorar os processos de trabalho e de gestão com vistas à excelência operacional" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Processos Internos Esta ação será desenvolvida com vistas a: > Atender as exigências contidas nos normativos que disciplinam a elaboração do processo de prestação de contas anual. Objetivo da Auditoria: analisar o processo de prestação de contas da Instituição tendo em vista as normas previstas pelos órgãos de controle. Resultados Esperados: entrega do Processo de Contas em conformidade com a legislação pertinente e dentro do prazo legalmente determinado.	Analisar as peças que compõem o processo de Prestação de Contas, em conformidade com as disposições legais, com a consequente emissão de parecer da Auditoria Interna.	02-31/03/2016	AUDIT	176	Constituição Federal de 1988, E Normas do TCU e CGU.
Ação B 1.2	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ELABORAR RAINT	Elaboração do Relatório de Auditoria Interna - RAINT e outros relatórios. Avaliação Sumária: elaboração do relato das atividades de auditoria realizadas em 2013. Risco: B Relevância: 9	Interna	Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o objetivo "Aprimorar os processos de trabalho e de gestão com vistas à excelência operacional" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de processos Internos Esta ação será desenvolvida com vistas a: > Atender ao que estabelece a IN CGU nº 07/2006 e a IN SFC nº 01/2007 e demais normas pertinentes. Objetivo da Auditoria: relatar os trabalhos realizados no ano de 2013. Resultados Esperados: contribuição da Auditoria Interna na prevenção de irregularidades/impropriedades.	Elaborar o Relatório de Auditoria Interna - RAINT, referente às atividades da Auditoria no exercício de 2014 e demais Relatórios, de acordo com a legislação vigente; organizar os arquivos com os documentos e papéis de trabalho que deram origem às informações constantes nos relatórios.	04-29/01/2016	AUDIT	320	Instrução Normativa CGU nº. 7/2006, alterada pela IN/CGU nº. 01/2007, dentre outras normas pertinentes.
Ação B 1.3	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ELABORAR PAINT	Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT para o exercício de 2016. Avaliação Sumária: elaboração do planejamento das atividades para 2016. Risco: B Relevância: 10	Interna	Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o objetivo "Aprimorar os processos de trabalho e de gestão com vistas à excelência operacional" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de processos Internos Esta ação será desenvolvida com vistas a: >Atender ao que estabelece a IN CGU nº 07/2006 e a IN SFC nº 01/2007 e demais normas pertinentes. Objetivo da Auditoria: dar ciência aos órgãos de controle interno e externo das atividades programadas para 2016. Resultados Esperados: contribuição da Auditoria Interna para o aprimoramento da Gestão do CADE e na prevenção de irregularidades/impropriedades.	Elaborar o Plano de Atividades para o exercício seguinte de acordo com a legislação vigente.	10-28/10/2016	AUDIT	224	Instrução Normativa CGU nº. 7, de 29 de dezembro de 2006, alterada pela IN/CGU nº. 01, de 3 de janeiro de 2007, dentre outras normas pertinentes.

Ação B 1.4	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
ACOMPANHAR RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	Acompanhamento das orientações e/ou decisões do TCU, referentes à prestação de contas de exercícios anteriores, bem como as feitas pela CGU. Avaliação Sumária: acompanhamento das recomendações dos órgãos de controle. Risco: B Relevância: 10	Interna	Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o objetivo "Aprimorar os processos de trabalho e de gestão com vistas à excelência operacional" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de processos Internos Esta ação será desenvolvida com vistas a: > Verificar a implementação das decisões/orientações do TCU/CGU na Unidade, evitando reincidência e conseqüentemente ressalvas e/ou restrições nos próximos processos de Prestação de Contas e acompanhar a atualização e implementação do Plano de Providências Permanente. Objetivos da auditoria: acompanhar os atos dos gestores no tocante ao atendimento das recomendações feitas pelos órgãos de controle durante o exercício e também verificar as ações que estão sendo desenvolvidas para cumprir o que foi proposto no plano de providências.	Por meio do D.O.U., acompanhar o julgamento das contas da Unidade e seus ajustes, quando necessários. Verificar as falhas apontadas em todas as recomendações, propondo soluções de forma a orientar os setores envolvidos para que as falhas sejam sanadas e não voltem a ocorrer. Acompanhar o cumprimento das metas apresentadas do plano de providências para sanar as constatações apresentadas por meio de notas de auditoria.	Será executado de acordo com as publicações e/ou relatórios de auditorias feitas pela CGU.	AUDIT	800		
Ação B 1.5	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
ASSESSORAMENTO TÉCNICO	Acompanhamento e orientação referentes à temas diversos, para atender as demandas e questionamentos dos Órgãos de Controle. Risco: B Relevância: 10	Interna	Acompanhar as discussões acerca de temas diversos, buscando sempre orientar as respostas às Solicitações de Auditoria da CGU e/ou de outros órgãos especializados segundo as normas vigentes.	Assessorar o Cade para o devido cumprimento das legislações, buscando sempre um posicionamento norteado e cabível com as normas legais vigentes.	Todos os meses do ano de acordo com a demanda.	CADE	640		
Ação B 1.6	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
RESERVA TÉCNICA	A atividade de Auditoria demanda o constante aprimoramento sobre os temas correlatos à atividade de controle, ao funcionamento do Cade e as legislações aplicáveis, para atuar de modo a auxiliar na minimização dos riscos. Risco: B Relevância: 10	Interna	Aprimorar os conhecimentos nos assuntos correlacionados às atividades de auditoria, bem como de outros assuntos relacionados ao funcionamento do Cade, às atividades de controle e às legislações aplicáveis.	Aprimorar o conhecimento por meio do acompanhamento da edição e atualização de normas e procedimentos correlatos à atividade de controle.	Todos os meses do ano de acordo com a demanda.	CADE	384		
Ação B 1.7	AValiação SUMÁRIA DE RISCO E RELEVÂNCIA	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS DA AUDITORIA	ESCOPO DO TRABALHO	CRONOGRAMA	LOCAL	EXECUÇÃO H/H	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
AVALIAR AS ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS	Faz-se necessário o alinhamento das atividades da Auditoria Interna aos temas usualmente tratados nos processos anuais de contas. Para que o Cade cumpra sua missão e seus objetivos, é necessário que sejam avaliadas as estruturas dos controles internos de forma a contribuir para a melhoria da gestão. Risco: M Relevância: 10	Interna/CGU	Esta ação será realizada com o intuito de colaborar com o objetivo "Aprimorar os processos de trabalho e de gestão com vistas à excelência operacional" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Processos Internos Esta ação será desenvolvida com vistas a: > Verificar os controles internos existentes, no âmbito da DA, das questões referentes ao crescimento das Coordenações e Divisões subordinadas à diretoria, em especial: • Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGESP) e • Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Logística (CGOFL) > Identificar pontos de melhoria e boas práticas no intuito de aprimorar a gestão e os processos de trabalho.	Realizar o levantamento dos normativos, questionar os setores sobre estruturas de controle, o perfil dos recursos humanos envolvidos, e procedimentos internos pertinentes à cada unidade; Identificar as falhas no processo de trabalho e pontos passíveis de melhorias. Os trabalhos da auditoria serão realizados por etapas, de forma concomitante com as auditorias nos setores, considerando as mudanças estruturais ocorridas em função da entrada em vigor da Lei 12.529/12, que reestruturou o sistema brasileiro de defesa da concorrência.	Será executado concomitante com as auditorias nos setores.	AUDIT	480		
							Subtotal	3.024	
							Total A+B	6.416	

Nota: Risco B (Baixo), Risco M (Médio) e Risco A(Alto).

Relevância: 1 a 10



PARTE C - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDIT				
C.1 -CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA FORTALECIMENTO DA AUDIT				
Nº	AÇÕES	OBJETIVOS	JUSTIFICATIVAS PARA AS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	EXECUÇÃO H/H
AÇÃO C.1.1	Realizar capacitação em Formação de Controlador Interno de Órgãos Públicos. Relevância: contribuir com as ações de desenvolvimento institucional e capacitações previstas para o fortalecimento das atividades de auditoria interna na entidade. Risco: A não realização poderá comprometer a formação multidisciplinar da equipe da Auditoria Interna do Cade.	A capacitação vem de encontro ao quesito "Assegurar recursos humanos capacitados e adequados às necessidades do Cade" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Pessoas e Infraestrutura. O Sistema de Controle Interno dos órgãos públicos vem ganhando cada vez mais importância e consequentemente mais exigências. Os profissionais que integram o controle interno necessitam de conhecimentos principalmente sobre a forma de planejar seu trabalho, a execução e a elaboração dos relatórios. Nesse sentido é que planejamos e organizamos o presente curso para dar a base necessária ao bom desempenho das funções de controle interno. Esta capacitação visa promover a eficiência operacional; proteger os Ativos; e estimular a obediência e o respeito às políticas da Administração.	Espera-se um aumento da capacidade técnica, que possibilite à equipe da Auditoria Interna aprimorar as atividades inerentes à Auditoria, a fim de subsidiar as análises e pareceres do setor e assim dar suporte ao cumprimento da missão institucional do Cade.	80
AÇÃO C.1.2	Realizar capacitação em Auditoria da Folha de Pagamento, admissão de pessoal, cessão, requisição e concessão de aposentadoria e pensão no Serviço Público. Relevância: contribuir com as ações de desenvolvimento institucional e capacitações previstas para o fortalecimento das atividades de auditoria interna na entidade. Risco: A não realização poderá comprometer a formação multidisciplinar da equipe da Auditoria Interna do Cade.	A capacitação vem de encontro ao quesito "Assegurar recursos humanos capacitados e adequados às necessidades do Cade" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Pessoas e Infraestrutura. Esta capacitação visa atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos aos instrumentos de planejamento, orçamento, administração financeira e compras no âmbito da Administração Pública Federal, por meio de discussão e disseminação dos aspectos mais relevantes aos temas expostos. Propiciar maior capacitação dos servidores e gestores públicos federais, envolvidos com as atividades próprias do ciclo de gestão de recursos públicos	Espera-se um aumento da capacidade técnica, que possibilite à equipe da Auditoria Interna aprimorar as atividades inerentes à Auditoria, a fim de subsidiar as análises e pareceres do setor e assim dar suporte ao cumprimento da missão institucional do CADE.	32
AÇÃO C.1.3	Realizar capacitação em SIAFI Operacional Atualizado com o Novo CPR e o novo sistema que substituirá o SIAFI Gerencial. Relevância: contribuir com as ações de desenvolvimento institucional e capacitações previstas para o fortalecimento das atividades de auditoria interna na entidade. Risco: A não realização poderá comprometer a formação multidisciplinar da equipe da Auditoria Interna do Cade.	A capacitação vem de encontro ao quesito "Assegurar recursos humanos capacitados e adequados às necessidades do Cade" constante no Mapa Estratégico do Cade, na parte que trata de Pessoas e Infraestrutura. Esta capacitação visa obter conhecimentos para o acompanhamento da proposta orçamentária e da LOA aprovada pelos órgãos governamentais no âmbito federal, aprofundar os conhecimentos nas áreas de orçamento público e criar relatórios, que resultem num desempenho de acompanhar gastos públicos.	Espera-se um aumento da capacidade técnica, que possibilite à equipe da Auditoria Interna de aprimorar as atividades inerentes à Auditoria, a fim de subsidiar as análises e pareceres do setor e assim dar suporte ao cumprimento da missão institucional do CADE.	80
AÇÃO C.1.4	Participar da Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas. Relevância: contribuir com as ações de desenvolvimento institucional e capacitações previstas para o fortalecimento das atividades de auditoria interna na entidade. Risco: A não realização poderá comprometer a formação multidisciplinar da equipe da Auditoria Interna do Cade.	A capacitação vem de encontro ao quesito "Assegurar recursos humanos capacitados e adequados às necessidades do Cade" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Pessoas e Infraestrutura. Esta capacitação visa permitir à equipe da Auditoria Interna, atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos aos instrumentos de planejamento, orçamento, administração financeira e compras no âmbito da Administração Pública Federal, por meio de discussão e disseminação dos aspectos mais relevantes aos temas expostos.	Espera-se um aumento da capacidade técnica, que possibilite à equipe da Auditoria Interna de aprimorar as atividades inerentes à Auditoria, a fim de subsidiar as análises e pareceres do setor e assim dar suporte ao cumprimento da missão institucional do CADE. A área de planejamento, orçamento, administração financeira e compras no âmbito da Administração Pública Federal representa, por suas características, enorme desafio aos agentes públicos encarregados de sua gestão, assim como para o profissional de controle e auditoria. Por um lado, a complexidade e variedade das regras estabelecidas pela legislação e pela jurisprudência dos tribunais superiores exigem do gestor especial atenção com vistas a conduzir o processo dentro dos princípios legais. De outro, compete à equipe de auditoria, a partir do conhecimento especializado da matéria, identificar corretamente quais os temas devem ser fiscalizados prioritariamente, considerando o grau de risco, materialidade e relevância de cada um deles.	120

AÇÃO C.1.5	Realizar capacitação em Elaboração e Análise de Planilhas de Custos e Formação de Preços nas Contratações e Negociações de Contratos de Serviços de Terceirização. Relevância: contribuir com as ações de desenvolvimento institucional e capacitações previstas para o fortalecimento das atividades de auditoria interna na entidade. Risco: A não realização poderá comprometer a formação multidisciplinar da equipe da Auditoria Interna do Cade.	A capacitação vem de encontro ao quesito "Assegurar recursos humanos capacitados e adequados às necessidades do Cade" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Pessoas e Infraestrutura. Esta capacitação visa obter conhecimento prático e objetivo, integralmente atualizado pela Lei nº 12.349, de 15/12/10 que alterou as Leis nºs 8.666/93, 8.958/94, 10.973/04 e no 11.273/06, INs 02/08, 03, 04 e 05/09, PN 04 e 07 do MPOG, de modo a aprimorar conhecimentos técnicos do planejamento e precificação, repactuação, atualização e reequilíbrio do preço nas contratações de serviços, incluindo orientações para ganhos de qualidade, produtividade, redução de custos e segurança jurídica. Receber orientação sobre como atender a correta aplicação da Lei 8.666/93 na contratação de serviços em processos licitatórios, com a respectiva remuneração proporcional pela qualidade e produtividade dos serviços contratados.	Espera-se um aumento da capacidade técnica, que possibilite à equipe da Auditoria Interna de aprimorar atividades inerentes à Auditoria, a fim de subsidiar as análises e pareceres do setor e assim dar suporte ao cumprimento da missão institucional do Cade. A contratação de serviços na Administração Pública sofreu atualizações com a edição da Lei nº 12.349, de 15/12/10 que alterou as Leis nos 8.666/93, 8.958/94, 10.973/04 e no 11.273/06. A INs 02/08, recebeu alterações das INs 03, 04 e 05/09 do MPOG e PN 04 e 07/10. Este treinamento servirá como instrumento técnico para a correta quantificação e busca do valor justo em contratações administrativas.	48	
AÇÃO C.1.6	Realizar capacitação em Elaboração de Relatórios e Pareceres para Órgãos Públicos. Relevância: contribuir com as ações de desenvolvimento institucional e capacitações previstas para o fortalecimento das atividades de auditoria interna na entidade. Risco: A não realização poderá comprometer a formação multidisciplinar da equipe da Auditoria Interna do Cade	A capacitação vem de encontro ao quesito "Assegurar recursos humanos capacitados e adequados às necessidades do Cade" constante no Planejamento Estratégico 2013-2016 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na parte que trata de Pessoas e Infraestrutura. Esta capacitação visa proporcionar a aquisição de informações capazes de levar a equipe de Auditoria a: - Conhecer novas técnicas redacionais, visando atender plenamente às necessidades informacionais do leitor quanto à clareza e à praticidade das informações a serem prestadas; - Eliminar vícios de linguagem, capazes de provocar "ruídos" no processo comunicativo e atuar negativamente sobre a qualidade da informação; - Imprimir coesão, coerência, clareza, concisão e pertinência na estruturação dos conteúdos a serem produzidos; - Melhorar o padrão de clareza e legibilidade e obter significativas melhorias na performance comunicativa, em especial no que tange à elaboração de relatórios, normas, pareceres e textos afins; - Padronizar a redação, em consonância com as diretrizes técnicas do TCU e as orientações do Manual de Redação da Presidência da República.	Espera-se um aumento da capacidade técnica, que possibilite à equipe da Auditoria Interna de aprimorar as atividades inerentes à Auditoria, a fim de subsidiar as análises e pareceres do setor e assim dar suporte ao cumprimento da missão institucional do Cade. Relatórios e pareceres devem ser claros e convincentes, para que as recomendações ganhem apoio dos gestores e gerem melhorias de desempenho, em benefício da sociedade. A elaboração de relatórios e pareceres devem ser realizados com clareza e objetividade. São essenciais para a correta implementação das ações que se torna necessário desencadear.	72	
C.2 - FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA RELATIVA À REVISÃO DE NORMATIVOS INTERNOS, REDESENHO ORGANIZACIONAL					
Nº	ACÕES	OBJETIVOS	JUSTIFICATIVAS PARA AS AÇÕES DE FORTALECIMENTO		
AÇÃO C.2.1	Implementar mecanismos (softwares ou manuais) que possibilitem uma maior atuação nas atividades desta unidade.	Fortalecimento dos controles, atualmente criados e desenvolvidos pela própria unidade de Auditoria Interna	Melhorar e facilitar o desenvolvimento das atividades, a fim de maximizar os resultados com maior celeridade de processos.		
				Subtotal	432
				Total A+B+C	6.848

FORÇA DE TRABALHO DA AUDITORIA INTERNA		HORAS
Recursos Humanos disponíveis	Quantidade	
Auditor (Servidor) Chefe da Unidade	01	8.032
Chefe de Serviço	01	
Analista (Servidor)	02	
TOTAL	04	
01 - Total de horas do quadro técnico		8.032
AUDIT= {3(01 Auditor +01 Chefe de Serviço+ 02 Analista2) X 8 (horas/dia) X 251 (dias úteis)}		
02 - Férias + Recesso = 22 dias úteis/ano de férias + 05 dias de recesso		-864
= {27 (dias) X 3 (nº de colaboradores) X 8 (horas/dia)}		
Total de Horas Líquidas disponíveis do Quadro Técnico		7.168

Brasília-DF, 28 de outubro de 2016.

Joice Arantes Luciano
Auditora Chefe